



PBPC
ISSN 2674-9432



Qualis A3
CAPES 2021-2024



DOI - Crossref

Latindex

Indexado no
Google Acadêmico

UMA LEITURA DO PARADIGMA DA (NÃO) FORMAÇÃO DE BACHARÉIS EM ECONOMIA PARA A DOCÊNCIA NAS CIÊNCIAS ECONÔMICAS E OS RECLAMES INTERNACIONAIS POR MUDANÇAS NO ENSINO DE ECONOMIA

Tayson Ribeiro Teles



<https://doi.org/10.36557/2674-9432.2026v5n2p1190-1212>

Artigo recebido em 23 de Fevereiro e publicado em 23 de Abril de 2026

ARTIGO ORIGINAL

RESUMO

O trabalho analisa a identidade do docente de Economia e a problemática da ausência de uma formação específica para o exercício da docência nos cursos de bacharelado em Ciências Econômicas. A pesquisa investiga o distanciamento entre o ensino acadêmico e a realidade social, evidenciado por um excessivo tecnicismo matemático e pelo uso do "economês", que criam barreiras de compreensão para o cidadão comum e resultam em uma queda no interesse acadêmico pela área no Brasil. O objetivo geral é analisar o paradigma da formação docente e os movimentos internacionais que clamam por um ensino econômico mais pluralista, como o *Rethinking Economics* e o ISiPE. Estruturalmente, o estudo mapeia a legislação brasileira e as competências exigidas do economista, discutindo como estas se relacionam com a atividade de ensino. No referencial teórico, aborda-se a evolução histórica do ensino de economia e finanças, destacando a transição de um ensino prático ministrado por homens de negócios para um modelo acadêmico focado em modelos abstratos e racionais. Os resultados apontam que o monolitismo teórico da corrente neoclássica marginaliza perspectivas heterodoxas e impede uma formação completa. Conclui-se que a crise no ensino de economia é também uma crise de diversidade intelectual, sendo o pluralismo teórico, metodológico e interdisciplinar essencial para que a disciplina volte a servir à sociedade e ao debate democrático.

Palavras-chave: Pluralismo Econômico; Ensino de Economia; Metodologia/Didática; Interdisciplinaridade; Crise Econômica.



AN ANALYSIS OF THE PARADIGM OF (LACK OF) TRAINING FOR ECONOMICS BACHELORS IN TEACHING ECONOMIC SCIENCES AND INTERNATIONAL CALLS FOR CHANGES IN ECONOMICS EDUCATION

ABSTRACT

This study analyzes the identity of economics instructors and the issue of the lack of specific training for teaching in undergraduate economics programs. The research investigates the disconnect between academic teaching and social reality, evidenced by excessive mathematical technicality and the use of “economese,” which create barriers to understanding for the average citizen and result in a decline in academic interest in the field in Brazil. The overall objective is to analyze the paradigm of teacher training and the international movements calling for a more pluralistic approach to economics education, such as Rethinking Economics and ISIPE. Structurally, the study maps Brazilian legislation and the competencies required of economists, discussing how these relate to teaching activities. The theoretical framework addresses the historical evolution of economics and finance education, highlighting the transition from practical instruction taught by businesspeople to an academic model focused on abstract and rational models. The results indicate that the theoretical monolithism of the neoclassical school marginalizes heterodox perspectives and prevents a comprehensive education. It is concluded that the crisis in the teaching of economics is also a crisis of intellectual diversity, with theoretical, methodological, and interdisciplinary pluralism being essential for the discipline to once again serve society and democratic debate.

Keywords: Economic Pluralism. Economics Education. Methodology/Teaching. Interdisciplinarity. Economic Crisis.

Doutor em Letras/Educação pela UFAC. Professor Federal EBTT - Área Economia no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC), Campus Tarauacá. Email: tayson.teles@ifac.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3272508883742018>

Ocird: <https://orcid.org/0000-0003-1309-8708>





1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata da identidade do docente de Economia e da formação necessária para o exercício da docência nesta área. Investigamos as distinções entre o professor-economista clássico e professores graduados em áreas correlatas, como Gestão Financeira e Gestão Comercial, que também atuam no ensino de temas econômicos. Nosso problema de pesquisa é: De que forma a ausência de uma formação específica para a docência nos cursos de bacharelado em Economia impacta o ensino da disciplina e como as demandas internacionais por pluralismo metodológico podem redefinir essa prática? A pesquisa justifica-se pela percepção de um distanciamento entre o ensino de Economia e a realidade social, evidenciado pela queda no interesse acadêmico pela área no Brasil. Além disso, busca-se entender como o "economês" e o excessivo tecnicismo matemático criam barreiras de compreensão para o cidadão comum, tornando essencial repensar a formação do profissional que ensina Economia.

O foco do estudo é a formação acadêmica do bacharel em Ciências Econômicas e o perfil profissional dos docentes que atuam no ensino superior e tecnológico em áreas ligadas às Ciências Sociais Aplicadas. Nosso objetivo geral foi analisar o paradigma da formação de bacharéis em Economia voltada para a docência e o movimento internacional por um ensino econômico mais pluralista. Nossos escopos específicos foram: a) Identificar quem são os profissionais habilitados para o ensino de Economia na legislação brasileira; b) Mapear as competências exigidas do economista e como elas se relacionam com a atividade docente; e c) Investigar as origens e as propostas de movimentos internacionais como o "Rethinking Economics" e o ISIPE.

A pesquisa se fundamentou em autores que discutem a história e a legislação da profissão, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso, e manifestos internacionais sobre o pluralismo econômico. Também foram consultadas obras que abordam a complexidade do ensino das finanças e da economia. O trabalho adota uma abordagem metodológica qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica e documental. Analisaram-se teorias de autores, legislações, manifestos e notícias sobre o ensino de Economia disponíveis em plataformas digitais e bases acadêmicas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O ensino de Ciências Econômicas: passado, atualidade e perspectivas para o futuro



Precisamos, inicialmente, tratar da identidade do ser que ensina Ciências Econômicas. Este é o Docente/Professor de Economia. Para nós, não apenas o bacharel em Ciências Econômicas, mas todos os profissionais, das diversas áreas das Ciências Sociais Aplicadas (principalmente das Ciências Econômicas), que atuam como docentes de Economia. Vamos falar, a seguir, apenas do Professor-economista clássico, o graduado em Ciências Econômicas. Contudo, não devemos olvidar que há o professor não graduado em Ciências Econômicas, no caso graduado em Administração, em Contabilidade, em Gestão Financeira e/ou em Gestão Comercial.

Cada um desses profissionais, graduados ou não em Economia, podem ser artífices da ensinagem econômica, ou seja, fazedores de Economia. Jamais falamos aqui de um incentivo ao exercício ilegal das profissões privativas do bacharel em Economia, apenas ressaltamos o fato de que não apenas os bacharéis em Economia podem lecionar temas econômicos e sim outros profissionais também. A título de exemplo, o Instituto Federal do Acre - IFAC, em seu concurso para Professor de Economia de 2014, permitiu/aceitou graduados em Economia, em Gestão Comercial e/ou em Gestão Financeira. O ensino de Economia no Brasil oficialmente começa na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O Decreto-Lei n.º 8.815, de 24 de janeiro de 1946, criou a Faculdade Nacional de Ciências Econômicas (FNCE), hoje incorporada ao Instituto de Economia da UFRJ (Castro, 2001). Sobre a profissão de Economista, Ribeiro e Silva (2013, p. 141-143) contam:

A profissão do economista passou a existir a partir da Lei nº 1.441/51, sancionada pelo então Presidente da República Getúlio Vargas. Os órgãos de classe criados pelo art. 6º na Lei nº 1.441/51, o Conselho Federal de Economistas Profissionais (CFEP) e os Conselhos Regionais de Economistas Profissionais (CREPs), foram substituídos, com a nova redação dada pela Lei nº 6.021/74, pelo Conselho Federal de Economia (Cofecon), com sede na capital federal, e pelos Conselhos Regionais de Economia (Corecons). Importante frisar que, além de possuir graduação no curso de Ciências Econômicas, para ser economista é obrigatório o registro em seu Conselho Regional de Economia, segundo o art. 14 da Lei nº 1.441/51. O art. 18 da mesma Lei dispõe: “Art. 18. A falta do competente registro torna ilegal e punível o exercício da profissão de economista”.

Nesse contexto, o Conselho Regional de Economia do Paraná (2012, n.p. *apud* Ribeiro e Silva, 2013, p. 142), diz que são competências do Economista:

a) assessoria, consultoria e pesquisa econômico-financeira; b) estudos de mercado e de viabilidade econômico-financeira; c) análise e elaboração de cenários econômicos, planejamento estratégico nas áreas social, econômica e financeira; d) estudo e análise de mercado financeiro e de capitais e derivativos; e) estudo de viabilidade e de mercado relacionado à economia da tecnologia, do conhecimento e da informação, da cultura e do turismo; f) produção e análise de informações estatísticas de natureza econômica e



financeira, incluindo contas nacionais e índices de preços; g) planejamento, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação econômico-financeira de política tributária e finanças públicas; h) assessoria, consultoria, formulação, análise e implementação de política econômica, fiscal, monetária, cambial e creditícia; i) planejamento, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de planos, programas, projetos de natureza econômico-financeira; j) Avaliação patrimonial econômico-financeira de empresas e avaliação econômica de bens intangíveis; k) perícia judicial e extrajudicial e assistência técnica, mediação e arbitragem, em matéria de natureza econômico-financeira, incluindo cálculos de liquidação; l) análise financeira de investimentos; m) estudo e análise para elaboração de orçamentos públicos e privados e avaliação de seus resultados; n) estudos de mercado, de viabilidade e de impacto econômico-social relacionados ao meio ambiente, à ecologia, ao desenvolvimento sustentável e aos recursos naturais; o) auditoria e fiscalização de natureza econômico-financeira; p) formulação, análise e implementação de estratégias empresariais e concorrenciais; q) economia e finanças internacionais, relações econômicas internacionais, aduanas e comércio exterior; r) certificação de renda de pessoas físicas e jurídicas e consultoria em finanças pessoais; s) regulação de serviços públicos e defesa da concorrência; t) estudos e cálculos atuariais nos âmbitos previdenciário e de seguros.

Na mesma toada, o Conselho Regional de Economia do Acre, esclarece em seu *site*¹ que o Economista tem habilidades para trabalhar com: estudos de viabilidade econômica, planejamento estratégico, gestão empresarial, orientação financeira, mercado financeiro, consultoria e assessoria em análise econômica, assessoria em projetos, auditoria, avaliação de projetos de infraestrutura, comércio exterior, estudos mercadológicos, orçamento governamental e empresarial, docência em Ciências Econômicas, perícias econômico-financeiras, arbitragem em controvérsias econômicas, assessoria a sindicatos, associações, federações, confederações, conselhos e outras entidades, tanto de empregados como de empregadores, consultoria em fusão, aquisição e incorporação de empresas, recálculo de contratos, elaboração de Estudos de Impacto Ambiental (EIAs) e respectivos Relatórios de Impacto Ambiental (RIMAs), estudos para o Zoneamento Econômico Ecológico, Planos de Gerenciamento de Bacias hidrográficas, trabalhos em Agências de Bacia, assessoramento e participação em Comitês de Bacia, elaboração de projetos na área ambiental financiáveis pelos Fundos Setoriais, ora em implantação, elaboração de esquemas e sistemas tarifários para a cobrança de recursos ambientais (especialmente recursos hídricos), eco-financeiras, entre outras áreas.

Ademais, o Art. 2.º do Decreto Federal n. 31.794/1952, que regulamenta o exercício da profissão de Economista no Brasil, diz que:

¹ Disponível em: <https://www.corecon-ac.org.br/mercado/>. Acesso em: 11 fev. 2026.



**UMA LEITURA DO PARADIGMA DA (NÃO) FORMAÇÃO DE BACHARÉIS EM ECONOMIA
PARA A DOCÊNCIA NAS CIÊNCIAS ECONÔMICAS E OS RECLAMES INTERNACIONAIS POR
MUDANÇAS NO ENSINO DE ECONOMIA**

Teles, 2026.

A profissão de economista, [...], se exerce na órbita pública e na órbita privada: a) nas entidades que se ocupem das questões atinentes à economia nacional e às economias regionais, ou a quaisquer de seus setores específicos, e dos meios de orientá-las ou resolvê-las através das políticas monetária, fiscal, comercial e social; b) nas unidades econômicas públicas, privadas ou mistas, cujas atividades não se relacionem com as questões de que trata a alínea anterior, mas envolvam matéria de economia profissional sob aspectos de organização e racionalização do trabalho (Brasil, 1952, n.p.).

Este diploma legal, no Art. 3º, especifica:

A atividade profissional privativa do economista exercita-se, liberalmente ou não por estudos, pesquisas, análises, relatórios, pareceres, perícias, arbitragens, laudos, esquemas ou certificados sobre os assuntos compreendidos no seu campo profissional, inclusive por meio de planejamento, implantação, orientação, supervisão ou assistência dos trabalhos relativos às atividades econômicas ou financeiras, em empreendimentos públicos privados ou mistos, ou por quaisquer outros meios que objetivem, técnica ou cientificamente, o aumento ou a conservação do rendimento econômico (Brasil, 1952, n.p.).

Nota-se que “os instrumentos do economista são as leis, as teorias e as ferramentas para a operacionalização da base lógica com métodos quantitativos e análises qualitativas em prol do objetivo de levar informação à tomada de decisão (Ribeiro; Silva, 2013, p. 145). Nessa perspectiva, a Resolução do Conselho Nacional de Educação - CNE/CES nº 4, de 13 de julho de 2007, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, bacharelado, diz, no seu Art. 3º:

O curso de graduação em Ciências Econômicas deve ensejar, como perfil desejado do formando, capacitação e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e políticas relacionadas com a economia, revelando assimilação e domínio de novas informações, flexibilidade intelectual e adaptabilidade, bem como sólida consciência social indispensável ao enfrentamento de situações e transformações político-econômicas e sociais, contextualizadas, na sociedade brasileira e no conjunto das funções econômicas mundiais (Brasil, 2007, n.p.).

Diz, também, no seu Art. 5º:

Os cursos de graduação em Ciências Econômicas deverão contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, conteúdos que revelem inter-relações com a realidade nacional e internacional, segundo uma perspectiva histórica e contextualizada dos diferentes fenômenos relacionados com a economia, utilizando tecnologias inovadoras e que atendam aos seguintes campos interligados de formação: I - Conteúdos de Formação Geral, que têm por objetivo introduzir o aluno ao conhecimento da ciência econômica e de outras ciências sociais, abrangendo também aspectos da filosofia e da ética (geral e profissional), da sociologia, da ciência política e dos estudos básicos e propedêuticos da administração, do direito, da



contabilidade, da matemática e da estatística econômica; II - Conteúdos de Formação Teórico-Quantitativa, que se direcionam à formação profissional propriamente dita, englobando tópicos de estudos mais avançados da matemática, da estatística, da econometria, da contabilidade social, da macroeconomia, da microeconomia, da economia internacional, da economia política, da economia do setor público, da economia monetária e do desenvolvimento socioeconômico; III - Conteúdos de Formação Histórica, que possibilitem ao aluno construir uma base cultural indispensável à expressão de um posicionamento reflexivo, crítico e comparativo, englobando a história do pensamento econômico, a história econômica geral, a formação econômica do Brasil e a economia brasileira contemporânea; e IV - Conteúdos Teórico-Práticos, abordando questões práticas necessárias à preparação do graduando, compatíveis com o perfil desejado do formando, incluindo atividades complementares, Monografia, técnicas de pesquisa em economia e, se for o caso, estágio curricular supervisionado (Brasil, 2007, n.p.).

Observando esses documentos, acreditamos que o ensino de Ciências Econômicas somente pode ser compreendido se, antes de tudo, enxergamos a educação (o ensino geral) como um problema econômico-social e ideológico. Estamos diante de um grande fato: o ensino de qualquer coisa é um problema econômico, logo, o ensino de temas econômicos é um assunto que tem a ver com a própria dinâmica da Economia. É perceptível que:

Os programas e os sistemas de educação pública dependem dos interesses da economia burguesa. A orientação realista ou moderna, por exemplo, tem sido imposta, antes de tudo, pelas necessidades da industrialização. Não é de admirar que o industrialismo seja o fenômeno peculiar e substantivo dessa civilização que, dominada por suas consequências, reivindica mais escolas técnicas do que ideólogos (Mariátegui, 2018, p. 2)

Educação tem tanto a ver com a Economia que, na maior parte dos países onde vige o capitalismo, os docentes são vistos quase que como máquinas de produção de trabalhadores. O professor não tem tempo para pesquisar, para planejar aulas, para avaliar qualitativamente os estudantes. Só tem tempo para avaliar com números, como se o ser humano valesse números. Como lembra Júnior (2014, p. 28):

As [...] leis de mercado, ao interferirem cada vez mais nas relações de trabalho existentes no âmbito das instituições educacionais fazem com que estas priorizem cada vez mais o tempo destinado à actividade fim do professor, que é o trabalho em sala de aula, em detrimento do tempo de que o mesmo necessita e tem direito, por lei, para se dedicar às actividades extra classe (hora-actividade)².

Outro ponto interessante ao se falar em docência de Economia é perceber que,

² Trecho no Português europeu não traduzido, porque de fácil compreensão.



conforme alega Júnior (2014), na docência o “objeto” de trabalho/estudo é o ser humano, sendo objetos o professor e o estudante. Na educação, o principal são as pessoas. Os prédios e outros artefatos são apenas acessórios. “Os recursos humanos são a base fundamental para o processo de ensino e aprendizagem, quer utilizando os métodos tradicionais, quer implementando inovações pedagógicas e tecnológicas” (Júnior, 2014, p. 68). Outrossim, na história do ensino das Ciências Econômicas, falando sobre o ramo financeiro, Ghisi *et al.* (2001, p. 3) expende:

[...] é possível distinguir três tipos de ensino de finanças: (1) as finanças antigas, tratadas entre as décadas de 30 e 60, onde os temas eram a análise de demonstrações financeiras e a natureza dos títulos de crédito, e o ensino baseava-se em contabilidade e direito; (2) as finanças modernas, estudadas do final da década de 60 a meados da década de 90, onde o tema principal era a avaliação no comportamento econômico racional, destacando-se os paradigmas de otimização, irrelevância, modelos de precificação e eficiência de mercados; e (3) as novas finanças, tratadas neste final de século, cujos temas envolvem a ideia de mercados ineficientes, a modelagem “ad hoc” e modelos comportamentais, e a base está na estatística, econometria e psicologia. Na primeira fase do desenvolvimento das finanças [...] os professores eram, em geral, homens de negócios que iam às escolas ensinar suas experiências, com base em documentos contábeis. A segunda e terceira fases foram predominantemente ensinadas por acadêmicos com pouco ou nenhuma experiência em negócios.

Ou seja, no início quem ensinava Economia eram homens de negócios, com elevada prática na área, e atualmente quem ensina são professores/pesquisadores, na maioria das vezes sem qualquer prática na área. Fato é que seja quem for o docente de Economia, não podemos esconder que os conteúdos econômicos são difíceis de serem entendidos/compreendidos. São temas complexos. Na verdade (talvez) são simples, mas tornados complexos para auferir *status* científico.

3. METODOLOGIA

O trabalho adota uma abordagem metodológica qualitativa, fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental. Foram analisadas legislações federais, como o Decreto-Lei n.º 8.815/1946 e a Lei nº 1.441/51, além de resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE) que estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Ciências Econômicas. Complementarmente, a investigação utilizou o levantamento de manifestos internacionais, notícias de portais especializados e teorias de autores que discutem a história da profissão e a complexidade do ensino das finanças. A análise dos dados buscou identificar silenciamentos nos currículos atuais e mapear as propostas de grupos que defendem a renovação da disciplina por



meio do pluralismo teórico e metodológico.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 A Economia como uma Ciência Difícil

Quem nunca teve dificuldade de entender as notícias sobre economia nos jornais e telejornais? O que se chama de “economês”, a linguagem própria dos economistas e jornalistas de economia, é o que vigora nessas notícias. Esse fato de incompreensão por parte do cidadão não especialista em Economia tem tudo a ver com o ensino de Ciências Econômicas. Os profissionais da mídia são assessorados por economistas e estes tendem a reproduzir aquilo que aprenderam na faculdade. Assim, achando que todos têm a obrigação de saber o dito “economês”, professam notícias muito técnicas, desprovidas de associações práticas com a realidade do cidadão, do simples trabalhador. Há incontáveis livros nominados “Economia para Leigos”, “Economia em X passos” e/ou “X passos para entender a Economia”. Vejamos a notícia a seguir. Ela mostra a proposta de um curso presente na *internet*, o qual se propõe a ensinar noções básicas de Ciências Econômicas de forma simples, sem a utilização de termos técnicos e conceitos complexos da Economia, o dito “economês”.

Figura 1 – Curso de Economia Básica em Linguagem Fácil³



³ Disponível em: <https://www.paulogala.com.br/programa-do-curso-ead-online-de-economia-sem-economies-2/>. Acesso em: 11 fev. 2026.



Vejamos outra notícia sobre:

Figura 2 – Como entender Economia⁴

The screenshot shows the Uni>ersia website interface. At the top, there is a navigation menu with 'Notícias' highlighted. Below the menu, there are three main categories: 'CULTURA', 'EDUCAÇÃO', and 'EMPREGO'. The article title 'Como entender economia' is prominently displayed, along with the date '31 de Maio de 2012' and a share count of '0'. The introductory text reads: 'Se você quer estudar economia ou não entende nada do que falam nos telejornais quando o assunto é este, confira um guia para entender economia se você for um leigo'.

Trata-se de um convite em um *site* para baixar um guia que ajuda a entender melhor a Economia. Isso é muito recorrente na *internet*. A Economia e seus estudiosos criam barreiras entre essa ciência e os cidadãos e isso promove *sites* e estudiosos que se vendem como “tradutores” e “facilitadores” da Economia. A Economia tem tanto o caráter de uma área hermética e complexa que nos últimos anos tem caído, no Brasil, o interesse pela formação acadêmica em Ciências Econômicas. Os estudantes acham a Economia extremamente “chata” e sem conexões com a realidade. Valtl (2012 *apud* Ribeiro e Silva, 2013, p. 145) lembra que “em 1999, [no Brasil] o curso [de Economia] tinha 65.975 alunos e, em 2010, 50.440 alunos. Trata-se de uma queda de 24%.

Em 1997, o curso de Ciências Econômicas compunha 3,39% do corpo total de estudantes do Brasil e, em 2010, somente 0,93%. Os autores acreditam que uma das razões é o fato de que, desde o período dos governos militares, “o currículo [dos cursos de Economia] não foi modificado para produzir um curso multidisciplinar e encaixado na realidade econômica” (Ribeiro; Silva, 2013, p. 146). Há verdadeiro “desencanto” das/dos pessoas/estudantes pela Economia. Pinto e Oliveira (2010, n.p. *apud* Ribeiro; Silva, 2013, p. 147) diz que:

Uma das razões disso, talvez, seja porque os próprios economistas pecam ao se apresentarem em tons demasiadamente teóricos; pouco compreensíveis, portanto, para os não familiarizados com os jargões econômicos. Não por acaso, nós economistas, “inventamos” até mesmo um linguajar complexo e sofisticado (“economês”) na tentativa de explicar os fatos. É a linguagem

⁴ Disponível em: <https://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2012/05/31/939006/como-entender-economia.html>. Acesso em: 11 fev. 2026.



**UMA LEITURA DO PARADIGMA DA (NÃO) FORMAÇÃO DE BACHARÉIS EM ECONOMIA
PARA A DOCÊNCIA NAS CIÊNCIAS ECONÔMICAS E OS RECLAMES INTERNACIONAIS POR
MUDANÇAS NO ENSINO DE ECONOMIA**

Teles, 2026.

tecnicista e rebarbativa, sibilina por conceito, que mais atrapalha que ajuda as pessoas a bem compreenderem o universo econômico.

Nesse passo, Ribeiro e Silva (2013) lembram que o interesse das pessoas pela Economia nacional cresce cada vez mais, porém o interesse pelo seu aprendizado e seu ensino não acompanham a dinâmica. Rezende Filho (2002, p. 13) concorda:

Nas últimas [...] décadas, as inquietações sobre assuntos de natureza econômica vêm atingindo setores cada vez mais amplos da população brasileira. Vivendo em meio a crises constantes, processos inflacionários e seguidas alterações de diretrizes governamentais, nada mais natural. No entanto, grande parte dos mecanismos econômicos básicos continua sendo pouco compreendida, sujeita a explicações simplistas e destituídas de racionalidade.

Um grande motivo para isso, o desinteresse pelos temas ensinados pela Economia, é o fato de a Economia não conseguir prever crises e os cursos serem muito tecnicistas, ligados em demasia à matemática, sem ligações diretas com a vida real das pessoas. Epping (2001, p. 16-17) nos diz:

Não importa quem sejamos – ambientalistas ou empresários, donas de casas ou estudantes universitários. Para sermos cidadãos e consumidores eficazes, precisamos entender os princípios básicos da economia. O primeiro passo é nos tornarmos economicamente alfabetizados. Entretanto, para muitos de nós o estudo da economia tem sido um exercício inútil, cheio de gráficos e equações incompreensíveis, e desesperançosamente distante de nosso cotidiano. Mas não precisa ser assim. Compreendendo os pontos básicos da economia, podemos começar a tomar decisões políticas e econômicas mais acertadas; e, com eleitores economicamente alfabetizados, nossos políticos vão passar a tomar decisões econômicas mais racionais, o que conduzirá a um mundo mais próspero e talvez até ambientalmente mais sadio nos anos vindouros. [...] a economia [...] é fácil de entender [...]. Só precisa ser explicada de forma simples.

Existe, logo, um ciclo: a Economia se apresenta como complexa, as pessoas não gostam de conhecimentos difíceis, as pessoas não estudam Economia, temos poucos Economistas e demais profissionais da área formados, os postos de trabalho dos Economistas e profissionais análogos são ocupados por outros profissionais. Voltando ao ensino de Economia, é patente que a “falácia econômica predomina nas salas de aula” (Park, 2008, p. 114). Ou seja, os conceitos econômicos ensinados são falsos, não são “verdadeiros”⁵ no sentido de necessários para uma vida melhor do cidadão. São ilusões, artimanhas para vencer concorrentes nos mercados, para investir dinheiro obtendo ganhos com a “não esperteza” de outros investidores. São

⁵ Na verdade, não sabemos o que é a “verdade”, mas, no fundo, sabemos que a prudência e o bom senso existem e são um pouco lógicos.



conhecimentos que enaltecem o egoísmo, a misantropia.

4.2 Clamores Internacionais por um novo jeito de ensinar Economia

Por conta desse contexto, há alguns anos surgiu o *Rethinking Economics*, um movimento originado na Inglaterra e que hoje conta com o apoio de inúmeras associações de estudantes de diversos países, que atualmente se unem no [ISIPE \(International Students Initiative for Pluralist Economics\)](#), traduzido para o português em “Iniciativa Internacional de Estudantes por Uma Economia Pluralista”, o qual lançou um manifesto convidando jovens estudantes a (re)pensarem o modelo econômico dominante, a ortodoxia, e buscar um sistema mais aprimorado, que promova um ensino efetivo de Economia, um ensino diversificado, livre, plural. No Brasil, o grupo pioneiro a se engajar nessa onda foi o “Nova Ágora”.

A Associação “Nova Ágora” foi criada por graduandos em economia da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Segundo Stephano (2014), os estudantes da UFMS chegaram até os criadores do manifesto por meio do *The Institute for New Economic Thinking*, fundado por George Soros. “Na nossa organização, há pessoas de diversas áreas, que se reúnem para pensar sobre problemas práticos da economia e do meio ambiente”, afirmou Gustavo Bernardino, então acadêmico da UFMS, que concedeu entrevista à Stephano (2014).

Vejamos a notícia a seguir sobre o tema:

Figura 3 – Estudantes exigem um melhor ensino de Economia⁶



O manifesto relatado nessa notícia pode ser encontrado no *site* Ecodebate e foi

⁶ Disponível em: <https://exame.abril.com.br/economia/por-que-os-alunos-de-economia-se-revoltaram-e-o-que-querem/>. Acesso em: 11 fev. 2026.



elaborado pelo ISIPE tendo o apoio de diversas instituições de vários países. Vejamos um trecho do manifesto a seguir:

Não é apenas a economia mundial que está em crise. O ensino da economia também está, e tal crise tem consequências que vão além dos muros das universidades. O ensino da economia está em crise, com um dramático estreitamento da grade curricular. Essa falta de diversidade intelectual limita a habilidade de lidar com desafios do século 21. Demandamos por uma mudança: o pluralismo deve estar no núcleo, subdividido em: Teórico: aumentar escolas de pensamento (neoclássicos, pós-keynesianos, marxistas etc.) e incluir história do pensamento econômico. Metodológico: complementar métodos quantitativos com análise qualitativa. Interdisciplinar: engajar com outras ciências sociais e humanas. O objetivo é trazer o mundo real de volta para a sala de aula. Pluralismo na educação econômica é essencial para o debate público saudável e para a democracia (ISIPE, 2014, n.p.)

Logo, os estudantes de temas econômicos de nosso século percebem que a Economia ensinada é uma Economia “errada”, individualista, de difícil compreensão pelo excesso de formulações matemáticas, elitista, egoísta, hermética. Os estudantes exigem um ensino de Economia mais diversificado, mais heterogêneo e que não seja baseado apenas em ideias de “grandes” economistas de séculos passados, como quer a ortodoxia. Na esteira desses manifestos, foi realizado em 2015, na cidade de Quebec/Canadá, um evento sobre a necessidade de pluralismo no ensino de Economia. Como a cidade possui histórico de colonização francesa, lá fala-se muito o francês. Vejamos a seguir o texto/convite para o evento, traduzido do francês por nós, que foi nominado *Séminaire sur l'enseignement de l'économie à l'université* (Seminário sobre ensino de Economia na universidade):

Por várias décadas, vimos nos departamentos de economia das universidades de Quebec uma crescente marginalização das chamadas correntes heterodoxas do pensamento econômico em favor da corrente neoclássica [ortodoxa]. Esse monolitismo teórico e metodológico do ensino não permite que os alunos adquiram um treinamento completo em economia. Também tem muitas implicações para o nosso sistema econômico e, de maneira mais ampla, para a nossa sociedade, na medida em que ajuda a legitimar uma abordagem única em detrimento de outras correntes de pensamento que, no entanto, também contribuem para a riqueza da disciplina. Isso também é verdade em outros países e deu origem a vários movimentos de protesto. No ano passado, um movimento internacional reuniu 22 associações de estudantes e coletivos de 18 países a exigir maior pluralismo no ensino de economia. A crescente insatisfação entre os alunos e dentro do corpo docente nos incentiva a pensar nas avenidas ação para desenvolver esse ensino em direção a uma maior abertura e maior pluralismo. Esse estado tem repercussões que vão muito além da academia e são encontradas em muitos desafios sociais que os movimentos de associação enfrentam diariamente em seu trabalho. Como entender a evolução econômica do mundo? Como entender as transformações em andamento e chegar e sugerir outras avenidas, outras políticas? Como preparar futuros alunos para trabalharem



organizações que são chamadas a desenvolver? Como oferecer um treinamento completo e pluralista aos futuros estudantes de economia? Que caminhos podem ser explorados concretamente para trabalhar nessa direção? O ensino de economia nas universidades, portanto, tem efeitos no mundo associativo. É sobre essas questões que gostaríamos de convidá-lo a refletir durante um primeiro dia de discussão e discussão, em 30 de abril⁷.

O manifesto não carece de maiores explicações. Como afirmaram o “monolitismo teórico e metodológico do ensino não permite que os alunos adquiram um treinamento completo em economia”, ou seja, vigora apenas uma versão sobre a Economia. A maioria dos docentes ensina apenas um posicionamento ideológico econômico (o seu próprio). Percebe-se, pois, que o foco das reivindicações dos estudantes reveladas por essas reportagens é que o ensino de Economia seja realizado com temas e ferramentas que tenham a ver com a vida cotidiana dos estudantes, que os ajudem a resolver problemas em seu dia a dia e não que apenas os faça entender a lógica de funcionamento dos mecanismos econômicos dominantes, seguidos pelos países ricos, por exemplo. Um ensino de Economia que aborde todas as visões sobre a Economia, todas as versões, todos os lados e preferências políticas e econômicas. Vejamos mais uma notícia sobre o tema:

⁷ Texto original em Francês: “Depuis plusieurs décennies, on constate dans les départements d’économie des universités québécoises une marginalisation croissante des courants de pensée économique dits hétérodoxes au profit du courant néoclassique. Ce monolithisme théorique et méthodologique de l’enseignement ne permet pas aux étudiant.e.s d’acquérir une formation complète en économie. Il a par ailleurs de nombreuses implications pour notre système économique et plus largement pour notre société dans la mesure où il participe à légitimer une approche unique au détriment des autres courants de pensée qui contribuent pourtant eux aussi à la richesse de la discipline. Ce constat se vérifie également dans d’autres pays et a donné naissance à plusieurs mouvements de contestation. L’année dernière, un mouvement international a ainsi réuni 22 associations et collectifs étudiants provenant de 18 pays pour demander un plus grand pluralisme dans l’enseignement de l’économie. L’insatisfaction grandissante parmi les étudiant.e.s et au sein du corps professoral nous incite à réfléchir aux pistes d’action pour faire évoluer cet enseignement vers une plus grande ouverture et un plus grand pluralisme. Cet état de choses a des répercussions qui vont bien au-delà des milieux universitaires et se retrouvent dans de nombreux défis sociétaux auxquels les mouvements associatifs font face quotidiennement dans leur travail. Comment comprendre l’évolution économique du monde? Comment comprendre les transformations en cours et à venir et proposer d’autres avenues, d’autres politiques? Comment outiller les futurs étudiant.e.s à oeuvrer dans des organisations qui sont appelées à se développer? Comment offrir une formation complète et pluraliste aux futurs étudiant.e.s d’économie? Quelles pistes explorer concrètement pour oeuvrer dans cette voie? L’enseignement de l’économie dans les universités a ainsi des effets pour le monde associatif. C’est autour de ces questions que nous souhaitons vous inviter à réfléchir lors d’une première journée d’échange et de discussion, le 30 avril prochain”. Disponível em: <https://iris-recherche.qc.ca/evenements/48>. Acesso em: 11 fev. 2026.



Figura 4 – Ensino de Economia x realidade⁸



A notícia mostra que um renomado professor de Economia, entrevistado pela Revista Carta Capital, asseverou na ocasião que a Macroeconomia ensinada atualmente tem o escopo de fazer com que o estudante entenda muitas coisas menos o seu mundo real, a sua vida diária e os aspectos econômicos dela. Ele afirma que há interesses políticos na construção dos currículos de Economia atuais. Com certeza, acreditamos que ele está certo. É evidente que o processo de produção dos currículos com temas econômicos não é neutro e há silenciamentos. Os mais poderosos dentro das escolas, institutos e universidades sempre impõem, nos jogos de poder, o currículo que mais lhes agrada.

As várias crises econômicas atuais por que estamos passando e, principalmente, a crise da questão das mudanças climáticas, pode ser uma luz de incentivo para que mudemos o ensino de Economia, o utilizando na ajuda diária da resolução, ou amenização, dos nossos mais graves problemas. Por certo, há outras alternativas econômicas para nossas sociedades em face do atual capitalismo e neoliberalismo vigentes. Há a Bioeconomia, a Etnoeconomia, a Economia Verde, a Economia Ambiental e muitas outras perspectivas que têm muito a nos ensinar.

A Economia não é fácil, porque é tornada complexa propositalmente pelos poderosos ortodoxos que não querem que o cidadão entenda os mecanismos de controle econômico dos países, a fim de terem condições de exigirem seus direitos mais veementemente e/ou que

⁸ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/o-ensino-de-economia-de-costas-para-a-realidade-4297/>. Acesso em: 11 fev. 2026.



possam até modificar tais mecanismos em seu favor, deixando de viverem como servos do Estado e dos seus patrões. A Economia não pode ser apenas um conjunto de contas matemáticas; devemos ensinar e estudar os fatos e atos econômicos de forma crítica, em contato com todas as teorias, todas as opiniões, as visões e não apenas em contato com as mais poderosas, das universidades, escolas e institutos mais renomados. Há um falso pluralismo de ideias nos cursos de Economia. Nos currículos de disciplinas/matérias econômicas no Brasil existe uma falsa diversificação de ideias econômicas, de teorias, de correntes de pensamento.

Difícilmente um docente ensina todas as visões, ou pelo menos as principais, que existem sobre os fatos econômicos, mostrando aos estudantes apenas as teorias que lhe agradam, que ele admira e segue porque foi ensinado assim por seus professores, querendo repetir o mesmo com seus aprendentes. Porém, os estudantes estão cansados do atual modelo de ensino de Economia e estão agindo, falando, reivindicando. É um fato que o ensino atual de Economia deveria/poderia ser mais social e “humano”, no sentido de apreendermos as Ciências Econômicas como forjadas pelos seres humanos, sendo, portanto, ciências subjetivas.

Nesse espectro, atualmente, conforme Branco (2018, n.p.):

[...] os próprios estudantes de Economia têm manifestado a sua frustração relativamente ao ensino desta ciência social. Foram criadas várias iniciativas de cariz nacional, como o *Mouvement des étudiants pour la réforme de l'enseignement de l'économie* (França) ou a *Post-Crash Economics Society* (Reino Unido), ou internacional, como a *International Student Initiative for Pluralism in Economics*. Em Portugal, para além do Coletivo *Economia sem Muros*, criado por estudantes da Nova SBE (a Escola de Economia e Gestão da Universidade Nova), destaca-se entre as iniciativas deste tipo o Coletivo *Economia Plural*, coletivo de estudantes do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG). Na página web desta última iniciativa (<https://ceplural.wordpress.com/>), afirma-se querer um ensino em economia “sem enviesamento ideológico, contextualizado historicamente, metodologicamente consciente e plural”.

Consoante também Goulart *et al.* (2018), há vários outros movimentos acadêmicos internacionais requerendo um ensino de Economia mais plural. Os autores citam: *International Confederation of Associations for Pluralism in Economics* (ICAPE), o *Institute for New Economic Thinking* (INET), o movimento da *Post-Autistic Economics* (PAECON) e a *World Economics Association* (WEA). A ICAPE (2018, n.p. *apud* Goulart *et al.*, 2018, p. 12) diz:

Liderada pelos desenvolvimentos nos Estados Unidos, a economia tornou-se cada vez mais dominada pelo *mainstream* neoclássico tradicional, ao ponto em que é difícil identificar mais do que um punhado de programas de pós-graduação que não seguem o cânone ortodoxo. Praticamente todos os departamentos se tornaram controlados por defensores de uma visão única do que é a economia e como ela deve ser praticada. A extensão involuta da



**UMA LEITURA DO PARADIGMA DA (NÃO) FORMAÇÃO DE BACHARÉIS EM ECONOMIA
PARA A DOCÊNCIA NAS CIÊNCIAS ECONÔMICAS E OS RECLAMES INTERNACIONAIS POR
MUDANÇAS NO ENSINO DE ECONOMIA**

Teles, 2026.

teoria dos mercados, frequentemente por meio da aplicação de técnicas matemáticas abstrusas, tornou-se a condição *sine qua non* da profissão. A prova arcana recebe aplausos mais fortes do que o propósito social.

Como dizem Luccasen e Thomas (2010, p. 136 *apud* Burke *et al.*, 2018, p. 154), ao serem introduzidos em temas econômicos, “os alunos começam a aula com a impressão de que a economia é difícil [e] costumam ficar entediados e até desconcertados com palestras centradas em modelos abstratos com poucos exemplos práticos” (Tradução Nossa⁹). Segundo Milaré (2013), o auge da crise no ensino de Economia foi a crise econômica mundial de 2008. As pessoas se perguntaram como os teóricos, professores e outros profissionais das Ciências Econômicas não conseguiram prever essa crise. A crise no mercado financeiro/imobiliário estadunidense revelou uma crise na academia, na formação dos profissionais da área, na atuação dos docentes. Afirma esse autor:

Diversos veículos da mídia nacional e internacional têm mostrado a necessidade de uma revisão no método de ensino da economia, garantindo uma maior pluralidade e aplicabilidade [...]. Não é de hoje que a economia sofre com uma total falta de pluralismo. Diversos atores — como o movimento pós-autista¹⁰ — têm suplicado por uma mudança no método de ensino, que vá além de sofisticadas técnicas matemáticas baseadas em pressupostos irrealistas. A busca pelo realismo deve ser contínua, de forma a garantir teorias econômicas mais completas e aplicáveis [...]. Diante desta falta de pluralismo, assistimos ao método dominante falhar em prever a crise e ficamos com a falsa sensação de que algo muito pouco previsível ocorreu (Milaré, 2013, p. 660).

É, nesse sentido, evidente que “[...] tornou-se claro que a impreparação dos economistas para prever a possibilidade de ocorrência de crises e para delinear respostas adequadas revelava um fracasso da teoria econômica dominante. [...] [Afinal,] o ensino de Economia permanece praticamente inalterado” (Ferreira, 2018, n.p.). Silva (2016, p. 59), sobre o ensino de Economia na graduação, em universidades, consubstancia:

O ensino de economia em nível de graduação, nas principais universidades do mundo, tem passado por inúmeras críticas, tanto de acadêmicos quanto de estudantes, principalmente após a crise financeira de 2007-2008. Diante disso, promoveram-se revisões curriculares, tanto de estrutura quanto de conteúdo, buscando, principalmente, atualizar o ensino de modo a considerar

⁹ Texto original em Inglês: “students start class with the impression that economics is difficult...[and] are often bored and even bewildered by lectures centered on abstract models with few practical examples”.

¹⁰ “O movimento que levou à criação da *World Economics Association*, talvez a principal entidade promotora do pluralismo em Economia na atualidade, e foi deflagrado por um manifesto de um grupo de estudantes franceses de ciências econômicas no ano 2000. Estes estudantes exigiam o fim do monopólio da perspectiva *mainstream* no ensino e qualificavam a visão dominante como ‘autista’, por entender que não estava vinculada com a realidade, e em consequência exigiam uma nova perspectiva, à qual eles denominaram como ‘Economia Pós-Autista’” (Goulart *et al.*, 2018, p. 17-18).



**UMA LEITURA DO PARADIGMA DA (NÃO) FORMAÇÃO DE BACHARÉIS EM ECONOMIA
PARA A DOCÊNCIA NAS CIÊNCIAS ECONÔMICAS E OS RECLAMES INTERNACIONAIS POR
MUDANÇAS NO ENSINO DE ECONOMIA**

Teles, 2026.

os avanços da teoria econômica dos últimos trinta anos, em geral ausentes dos livros-textos mais utilizados no mundo. Desenvolver práticas didáticas inovadoras para o ensino de economia à graduação, em favor da construção do conhecimento como um processo coletivo e social, que estejam em consonância com esse movimento internacional, torna-se mais do que uma necessidade, uma urgência.

Ademais, além da predominância de apenas uma ideologia, a ortodoxa, não havendo pluralismo e/ou espaço para a heterodoxia, um outro grande problema inerente ao ensino de Ciências Econômicas é base de formação dos docentes da área. Não existem no Brasil graduações de licenciatura na área Ciências Econômicas, como há em Portugal por exemplo. No nosso país viceja a cultura do bacharelado em Ciências Econômicas. Desse modo, a grande maioria dos professores da área não teve, na faculdade, a oportunidade de conviver com saberes sobre educação, pedagogia, didática, ensino etc. O mesmo ocorre com os docentes de Economia que não são bacharéis em Economia. Os tecnólogos em Gestão Financeira e em Gestão Comercial e os bacharéis em Administração e Contabilidade também não veem esses conteúdos educacionais nas suas graduações, tendo apenas disciplinas/matérias técnicas/específicas da área.

A formação dos profissionais da área é, logo, um tanto engessada em teoremas de anos anteriores, em fórmulas e ideias de décadas passadas. O estudante dos cursos na área de Ciências Econômicas não tem muita liberdade de pensamento. Não pode inovar, apenas ser seguidor de uma das correntes de pensamento vigorantes. É essa a fotografia que se tem dos cursos de graduação na área das Ciências Econômicas atuais e também das disciplinas/matérias relacionadas à Economia presentes em outros cursos, de outras áreas. Percebe-se que:

Como esperado, os alunos não podem estar acima do “estado das artes” da sua ciência e o ensino de Economia lida com a relação teoria e prática da mesma forma que a evolução da sua ciência, isto é, ora com utilização de métodos consagrados, sem grandes questionamentos se são consagrados pelos seus acertos ou erros, ora com pragmatismo, múltiplas tentativas e com a escolha da que se considera mais próxima da realidade (Arienti, 2009, p. 1).

Assim, como temos a tendência natural de reproduzirmos aquilo que conosco aconteceu, os atuais professores de Economia prosseguem lecionando temas econômicos de forma demasiada técnica, sem provocarem seus estudantes a pensarem, problematizarem suas realidades econômicas e as realidades econômicas brasileira e mundial e/ou o próprio *status* de ciência da Economia, por meio de algum contato com a filosofia, a base de todo o saber humanista. Por certo, atualmente, nas Ciências Econômicas:

Ou adota-se uma filosofia e método como uma verdade absoluta, com teorias



universais e aplicação generalizada com força para explicar passado, presente e, mais ainda, prever o futuro, ou adota-se visões e métodos sem defesas e argumentos. Adicionalmente, há a hegemonia da filosofia Popperiana do teste falsificacionista de hipóteses. [...] pode-se dizer que não se acompanha na Economia o debate filosófico sobre ciência (Arienti, 2009, p. 2).

Em suma, as reivindicações estudantis e os seminários internacionais reforçam que o ensino de economia não pode ser um sistema fechado ou neutro, pois a construção dos currículos é atravessada por interesses políticos e disputas de poder. A transição para um modelo que inclua a Bioeconomia, a Economia Verde e outras perspectivas heterodoxas é fundamental para que o conhecimento econômico deixe de ser uma ferramenta de controle hermética e se torne um instrumento de emancipação social. Somente através de um ensino verdadeiramente plural e conectado à vida diária será possível superar o desencanto acadêmico e preparar os futuros economistas para os desafios éticos e climáticos do século XXI.

5. CONCLUSÃO

Embora no ensino de Ciências Econômicas do século XXI se observe, para alguns teóricos, o fim de abordagens pautadas em regras imutáveis e universais (Bianchi, 2010), a Economia parece caminhar na direção oposta ao progresso de outras ciências. É notório que métodos e concepções já superados em debates de filosofia e metodologia continuam cristalizados nas Ciências Econômicas, com críticas ao positivismo, ao falsificacionismo e ao instrumentalismo exercendo apenas um impacto marginal na academia (Arienti, 2009). Nessa direção, torna-se premente reformular a percepção sobre a realidade econômica e os limites da análise teórica (Arienti, 2009). A ciência deve compreender a realidade como um sistema aberto, cabendo à análise de situações pontuais o tratamento dessa realidade como algo fechado de forma contingente (Arienti, 2009). Como a teoria busca a generalização, ela não pode se limitar a sistemas fechados (Arienti, 2009). Ou seja, para apresentar temas gerais de forma eficaz, o docente deve conduzir o estudante por um caminho de abertura mental e reflexão, conectando a Economia a áreas como Filosofia, Sociologia, Psicologia e Antropologia.

Além disso, na pesquisa econômica, uma teoria não deve ter como único fim invalidar outra. Analogamente à física, forças distintas podem atuar simultaneamente sobre um fenômeno sem que uma anule a existência da outra (Arienti, 2009). Assim, cabe ao professor e ao aluno entenderem cada teoria como uma versão parcial da realidade, um fragmento de um todo onde todos podem atuar como analistas da sociedade. Apesar desses problemas, há visões otimistas que apontam uma evolução no ensino e na pesquisa econômica. Bianchi (2010) argumenta que, após um período de busca por padrões metodológicos absolutos, a área passou



a focar na recuperação da prática dos economistas. O objetivo atual seria desconstruir correntes de pensamento estáveis e entender suas perspectivas e retóricas sem julgamentos definitivos ou condenações ideológicas. Por isso, a metodologia contemporânea estaria ligada à história do pensamento, buscando mais o conhecimento e o perfil das ideias do que um veredito sobre elas (Bianchi, 2010).

Embora existam avanços, a Economia ainda precisa evoluir, pois ainda imperam o absolutismo ideológico e a ortodoxia. O pluralismo atual pode ser apenas uma fase cíclica que, eventualmente, dará lugar a uma nova forma de ortodoxia (Bianchi, 2010). Sobre o futuro, projeta-se que a disciplina não será mais unificada como no século XX, tornando-se inevitável uma compartimentalização do conhecimento (Bianchi, 2010). Essa especialização, embora não seja inerentemente ruim e acompanhe a tendência de divisão do trabalho, torna-se problemática quando os docentes de diferentes áreas não se conectam em projetos interdisciplinares de ensino.

REFERÊNCIAS

ARIENTI, Wagner Leal. **Realismo crítico e o ensino de economia**: possibilidades de reorientações (Texto para discussão 02/2009). Florianópolis: UFSC, 2009. Disponível em: <https://cnm.paginas.ufsc.br/files/2013/08/Wagner-02-09.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2026.

BIANCHI, Ana Maria. Reflexões sobre o Passado e Especulações sobre o Futuro da Metodologia Econômica, **Economia, Selecta**, Brasília (DF), v.11, n.4, p.01–13, Dezembro 2010. Disponível em: http://www.anpec.org.br/revista/vol11/vol11n4p01_13.pdf. Acesso em: 18 mar. 2026.

BRANCO, Manoel Castelo. **Mais uma vez sobre o ensino de economia**. Notícia. *Site Visão*, 2018. Disponível em: <https://visao.sapo.pt/opiniao/2018-09-20-mais-uma-vez-sobre-o-ensino-da-economia/>. Acesso em: mar. 2026.

BRASIL. **Decreto-lei 8.815/1946**. Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da UFRJ. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1946. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8815-24-janeiro-1946-416540-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 fev. 2026.

BRASIL. **Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951**. Dispõe sobre a profissão de economista. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1946. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1411.htm. Acesso em: 15 fev. 2026.

BRASIL. **Decreto Federal n. 31.794, de 17 de novembro de 1952**. Regulamenta a Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, que dispõe sobre a profissão de economista. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1952. Disponível em:



https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D31794.htm. Acesso em: 15 fev. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES nº 4, de 13 de julho de 2007**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Ciências Econômicas. Brasília: MEC, 2007. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/93/resolucao-cne-ces-n%C2%B0-4>. Acesso em: 15 fev. 2026.

BURKE, Sarah *et al.* **Beyond Buttered Popcorn**: A Project Using Movies to Teach Game Theory in Introductory Economics, *Journal of Economics Teaching*, 2018, p. 153-161. Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/jtc/journal/v3y2018i1p153-161.html>. Acesso em: 29 fev. 2026.

CASTRO, Nivalde José de. **O Economista**: a história da profissão no Brasil. Rio de Janeiro: CONFECON/RJ, 2001.

EPPING, Randy Charles. **Economia mundial para iniciantes**: 64 conceitos econômicos básicos que vão mudar a maneira de você ver o mundo. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: BEI, 2001.

FERREIRA, Vicente. **Uma visão crítica do ensino de Economia – homenagem a Francisco Pereira de Moura**, Coletivo Economia Plural, 2018. Disponível em: <https://ceplural.wordpress.com/2018/05/24/uma-visao-critica-do-ensino-de-economia-homenagem-a-francisco-pereira-de-moura/>. Acesso em: 28 fev. 2026.

GOULART, Maísa *et al.* Por uma Ciência Econômica pluralista: os movimentos acadêmicos como uma saída, **Anais do XXIII Encontro Nacional de Economia Política** - Tema: Crise, austeridade e luta de classes: o Brasil num beco sem saída, Niterói, 12 a 15 de junho de 2018. Disponível em: <https://sep.org.br/anais/Trabalhos%20para%20o%20site/Area%201/8.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2026.

GHISI, Flávia Angeli *et al.* Uma estratégia didática para o ensino de economia e finanças internacionais, **Anais V SemEAD**, 2001. Disponível em: <http://sistema.semead.com.br/5semead/Ensino.htm>. Acesso em: 28 fev. 2026.

ISIPE. **Manifesto Rethinking Economics pelo Pluralismo em Economia**. Site Ecodebate. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2014/05/23/manifesto-rethinking-economics-pelo-pluralismo-em-economia/>. Acesso em: 26 jan. 2026.

JÚNIOR, André Ndoqui. **Configurações socioculturais da docência no instituto médio de economia de Cabassango, Cabinda/Angola**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2014. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFMG_a4a03e0f5afa8bcf1a403088215c00bc. Acesso em: 26 fev. 2026.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **O ensino e a economia**. Site Nova Cultura, 2018. Disponível em: <https://www.novacultura.info/single-post/2018/06/04/O-ensino-e-a-economia>. Acesso em: 26 fev. 2026.



em: 26 fev. 2026.

MILARÉ, Luís Felipe Lopes. A (im)previsibilidade da crise e o pluralismo da Economia, **Revista de Economia Política**, vol. 33, nº 4 (133), p. 659-670, outubro-dezembro/2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v33n4/v33n4a07.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2026.

PARK, Kil Hyang. O papel do professor na sociedade contemporânea, **Sitientibus**, Feira de Santana, n. 38, p.103-117, jan./jun. 2008. Disponível em: http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/38/6_o_papel_do_professor_na_sociedade_contem_poranea.pdf. Acesso em: 25 jan. 2026.

REZENDE FILHO, Cyro. **O que é economia**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

RIBEIRO, Rodrigo Marçal Ledra; SILVA, Heloísa de Puppi e. O contexto da atuação profissional do economista e a formação em ciências econômicas. **Revista FAE - Centro Universitário, Núcleo de Pesquisa Acadêmica – NPA**, v. 14, n. 1, 2013, p. 133-152. Disponível em: <https://cadernopaic.fae.edu/cadernopaic/article/view/12/11>. Acesso em: 27 jan. 2026.

SILVA, Roseli da. Inovações Didáticas no Ensino de Economia: Experimentos Econômicos, **Atividades On-line e Autoavaliação, Grad+** (Revista de Graduação – USP), vol. 1, n 1, jul. 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/gradmais/article/view/117727>. Acesso em: 26 jan. 2026.

STEPHANO, Christina. **Rebelião na economia**: Manifesto criado por estudantes e professores com adesão mundial reivindica incorporação de matérias históricas e mais pluralismo no plano de estudos da graduação. *Revista Educação*. 2014. Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2014/09/25/rebeliao-na-economia/>. Acesso em: 26 jan. 2026.